

nha pluralidade, em futuro não tão remoto a unicidade da mediação de Jesus Cristo poderá ser questionada; 2. A inculturação poderá ser reduzida a um problema estritamente acadêmico se, através de subsídios populares, sua reflexão não se voltar às comunidades e à opção pelos pobres; 3. A opção pelos pobres deve ser entendida

como uma atitude de Igreja e só existe na medida em que a Igreja se tornar verdadeiramente pobre.

O Autor:

Professor da Faculdade de Teologia
N. S. da Assunção
Av. Nazaré — 993
CEP 04263-100
Ipiranga — SP
Tel: 274-8600

ETÍOPE RESGATADO

Sérgio José Hemkemeier
Pós-graduando em Missiologia
e História da Evangelização.

Livro de Manoel Ribeiro da Rocha, publicado em Lisboa em junho de 1758. E agora reeditado graças ao teólogo e professor Paulo Suess, acrescentando uma vasta introdução crítica, muito útil para a compreensão da importância da Obra.

Manoel Ribeiro da Rocha, sacerdote e advogado português, doutor, professor e um fervoroso missionário. Viveu na Bahia no período auge da escravidão no Brasil.

Como se percebe pela leitura da Obra, Manoel Ribeiro da Rocha não foi um militante da causa africana, nem um lutador pela libertação da escravidão. A sua Obra é muito mais um discurso teológico-jurídico e que busca respostas para as questões referentes à escravidão em voga naquela época.

Seu trabalho traz muitas informações sobre a escravidão e principalmente mostra a mentalidade

da época. Aparecem assim algumas questões que eram problemáticas na época, como: 1) Fala partindo da perspectiva do escravo. O autor constata a necessidade objetiva de o Etíope ser resgatado da escravidão injusta. Ninguém adquire direito pela compra sobre um objeto roubado. A maior parte da escravidão é injusta. E por isso deve ser restituído. Manoel Ribeiro da Rocha fez a proposta do *Ventre Livre* das escravas, mas sem pleitear a proibição do tráfico negro. O liberto deve ficar servindo e obedecendo a seus patronos até a idade de 15 anos, ou no caso de terem aprendido algum ofício até 25 anos. Na segunda e terceira parte, o autor procura soluções para as dificuldades legais da escravidão arbitrária, por via e título de redenção, que garante os mesmos lucros. Pois, nas costas da África os comerciantes podem resgatar (não comprar) com suas mercadorias os

escravos, adquirindo sobre eles um direito de penhor, até que devolvessem o seu preço de resgate e o prolaboro do comerciante. Portanto, o comércio do negro pode continuar, desde que o comprador e vendedor saibam que estão apenas negociando o direito de penhor.

Da 4ª à 7ª parte da Obra, Manoel Ribeiro da Rocha trata das obrigações dos senhores, falando do sustento, da correção e da instrução. O negro deve ser instruído na Doutrina Cristã. Os senhores tem a obrigação de repartir o pão dos ensinamentos cristãos para extinguir nos escravos as relíquias da cegueira da infidelidade. Como é também o dever do escravo ser instruído sobre os bons costumes e os pecados. Ouvir missa nos domingos, observar os mandamentos, jejuar nos dias determinados, confissão dos pecados e rezar todos os dias.

Na última parte, Manoel Ribeiro da Rocha, fala da possibilidade de o Etíope ser libertado e isto pode acontecer de quatro modos: 1) O cativo paga a seu dono o preço de sua redenção. 2) O cativo serve os anos necessários para compensar o seu preço. 3) Com a morte do dono, que lhe fizer quita do tempo. 4) Com a morte do escravo.

Assim, podemos perceber que o autor escreveu um livro casuístico

para os comerciantes e senhores de escravos. Sua preocupação maior não era conquistar a liberdade dos escravos e nem a abolição do comércio de escravos. Mesmo que tenha autores que fizeram citações como se Manoel Ribeiro da Rocha fosse um defensor da liberdade para os negros.

É neste sentido a importância do esforço do professor Paulo Suess, em reeditar esta obra, porque coloca em nossas mãos seu verdadeiro conteúdo. E ainda enriquecendo-a com uma introdução, que ajuda ao leitor se situar na época e, portanto, a uma melhor compreensão de toda a obra.

Além disso, o **Etíope Resgatado** aparece num momento de descobrimento, conquista e cristianização das Américas, onde a escravidão ainda é realidade. Que todos os habitantes deste continente, marcado por uma história cheia de violência, opressão e morte, principalmente contra os nativos e africanos, que infelizmente continua até hoje, nos ajudem a encontrar caminhos para uma convivência civilizada, na qual todos possam ter condições dignas de vida. Que a busca de uma civilização do Amor, supere todas as distâncias, todo o racismo, e que se encontre uma sociedade justa e fraterna.

HISTORIA LIBERATIONIS: 500 ANOS DE HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA

Enrique Dussel, organizador,
São Paulo, Edições Paulinas-CEHILA, 1992.

"500 anos de História da Igreja na América Latina" foi o título que Edições Paulinas deu à publicação em português deste novo trabalho da CEHILA, que tem a colaboração de 23 autores de diferentes países da América e da Europa e que foi publicado em outras línguas como *Historia Liberationis*.

Tendo entre sua produção a extensa *Historia General de la Iglesia en América Latina*, a CEHILA quis contribuir com a divulgação da História da Igreja no continente, publicando um trabalho também geral e coletivo da História da Igreja na América Latina. Acreditando-se que por ser um só volume, será mais fácil sua aquisição e consulta. CEHILA entende que esta é uma História da Igreja que vai mais além do catolicismo incluindo a História do protestantismo. Também é uma história

que dá importância à presença dos pobres e dos marginalizados e não privilegia a instituição, como é costume. Atitude que é assumida também com respeito aos movimentos sociais e às coletividades como protagonistas centrais da História.

Por ter características de História Geral, entendida como uma história que assinala grandes tendências no comportamento de diversas coletividades, CEHILA redigiu este livro a partir de uma proposta de periodização. A História da Igreja no continente é dividida em três grandes épocas: a cristandade colonial (a partir de 1492), a Igreja no período da dependência neo-colonial (a partir de 1807), e a Igreja na crise do capitalismo periférico (desde 1959). Por sua vez cada uma destas épocas se divide em vários períodos.